

DO “ROSA E AZUL” AO “ELAS NÃO SE DEPILAM”: NUANCES DO FEMININO NO ATUAL GOVERNO BRASILEIRO

From “pink and blue” to “they don't wax”: nuances of the feminine in the current Brazilian government

Simone Batista da SILVA
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
simone@ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0002-5781-6006>

Andréa Cotrim SILVA
Instituto Federal de São Paulo e Universidade de São Paulo
cotrim.andrea@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9703-8181>

A constituição brasileira, em seu Título I, artigo 3º, define, dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, os de “construir uma sociedade livre, justa e solidária” (inciso I); e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (inciso IV). Desde a promulgação dessa constituição, em 1988, os poderes constituídos – tanto do espectro de direita quanto de centro ou de esquerda – vêm sustentando em seus discursos e proposições, o comprometimento com esses objetivos legais.

No último pleito eleitoral, entretanto, o Brasil, como Estado de Direito, submeteu-se a um retrocesso inédito na sua história republicana: desde o primeiro dia de janeiro de 2019, temos, como paradigma do governo federal da república do Brasil, o viés neoconservador do espectro político de extrema direita, em que uma equipe ministerial, submetida ao presidente eleito pelo voto direto¹, vem pautando suas práticas, discursos e propostas de políticas públicas em valores ultraconservadores, pressupostos anticientíficos e direcionamentos anti-intelectuais. Mais que isso, a equipe ora no poder executivo ostenta discursos discriminatórios e práticas preconceituosas, representativas de tentativa explícita

¹ No Brasil, isso significa dizer que venceu a eleição o candidato que teve a maioria absoluta dos votos diretos dos eleitores, não computados os votos em branco e os nulos, conforme prevê a Constituição Federal em seu Capítulo II, seção I, artigo 77 §2º.

de revogar direitos conquistados por negros, indígenas e mulheres, de restabelecer privilégios infames da classe média opressora e de manter vantagens exorbitantes das elites econômicas do país.

Um dos paradigmas já superados e que tem sido constantemente evocado por integrantes desse governo é a ênfase na supremacia da pessoa humana configurada como homem, branco, heterossexual; ou seja, os discursos e as práticas, tanto individuais como coletivas, passando pelas propostas de políticas públicas, aparecem no sentido de subjugar todas as categorias que não estejam contempladas nesse feixe de características. Todavia, o descaso não se limita a mulheres, LGBTQIA+, negros e indígenas. Uma observação um pouco mais atenta leva a concluir que o desprezo abrange qualquer ser humano. O próprio presidente, em suas declarações oficiais a jornalistas, assim como em suas *lives* semanais, revela, em seus enunciados, que o desdém com a vida humana em geral lhe atravessa a identidade.

Tomemos como exemplo sua atitude em relação à pandemia de COVID-19 – assunto tão preocupante quanto delicado, dado o número de óbitos no país, em meio a uma crise no Ministério da Saúde, sem ministro efetivo desde maio de 2020, até a submissão deste artigo. Observando a coluna do jornalista Bernardo de Mello Franco, no jornal O Globo (07/07/2020), é possível verificar que do dia 26 de janeiro, quando ainda não tínhamos registrado sequer uma vítima do coronavírus no Brasil, até o dia 07 de julho de 2020, quando tínhamos registros oficiais de 66.868 mortos pela COVID-19, o presidente afirmou que estávamos todos “superdimensionando” a gravidade da situação, e referiu-se à pandemia, em momentos diferentes da evolução da amplitude da doença no Brasil, como “pequena crise”, “neurose”, “histeria”, “gripezinha”, “resfriadinho” (MELLO FRANCO, 2020). Em outros momentos, o presidente concedeu entrevistas, em que afirmou “não ser coveiro” e declarou que “todos morrem”, ao desdenhar a cobertura ostensiva da imprensa e a gravidade da situação.

Ora, ancoramos nossas análises científicas da língua em teorias que defendem que significamos o mundo e a nós mesmos *com, pela e na* língua que falamos (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992). A língua nos possibilita nomear o mundo, significar, classificar, organizar, definir a existência segundo a nossa percepção. Compreendemos que língua é estrutura, mas também é identidade e prática social; é fenômeno cultural, objeto

histórico e ferramenta política (JOSEPH, 2001). Sendo assim, não é possível construir uma análise científica de uso da língua sem levar em conta todas essas dimensões. É impossível investigar o uso da língua sem considerar suas condições de produção, e compreendemos que um enunciado nunca é autônomo nem produzido fora de uma ideologia; pelo contrário, cada escolha gramatical reflete aderência político-filosófica subjacente, definição axiológica do falante, e materialização da corrente ideológica que flui nos subsolos dessas escolhas estruturo-gramaticais.

No caso específico das mulheres, assunto deste artigo, consideramos necessário trazer à tona o entendimento de que a língua é um aparato que sustenta a ideologia patriarcal da sociedade e possibilita a distribuição desse discurso e a transmissão para as novas gerações. Assim, compreendemos que os enunciados sobre a mulher proferidos ao longo da carreira política como parlamentar do hoje presidente da república e de sua equipe refletem uma construção efetiva e uma proposta discursiva de taxonomia, significação e configuração da sociedade brasileira.

Não estamos aqui advogando que a opressão feminina tenha começado com este governo atual. Absolutamente. Pelo contrário, sabemos que data de épocas remotas e é herança discursivo-identitária de uma proposta clássica de civilização. Durante muito tempo, só houve o discurso *para* a mulher (pedagógico) ou *sobre* a mulher (descritivo); nunca *da* mulher (narrativo). O direito de narrar sua própria história e conferir publicamente seus próprios valores aos fenômenos da sociedade lhe eram negados; por muito tempo permaneceu em uma posição subjetiva de não produzir discursos – somente consumir. Ou seja, naquele tempo histórico, as “propriedades de posição” (BOURDIEU, 2015, p. 3) da categoria das mulheres não incluíam a produção de discursos, de ideias nem exercício político e construção da sociedade.

Grandes pensadores da antiguidade defenderam que as mulheres tinham propósito especial no mundo; seus corpos, que lhes permitem gerar filhos eram tomados como a prova mais concreta de que o dever da mulher neste mundo estava diretamente ligado às funções de receber o sêmen de um homem, parir filhos e educá-los para perpetuar a espécie e fortalecer a sociedade. Esse suposto valor inalienável da mulher na sociedade traz consigo, entretanto, um discurso torpe, uma vez que os clássicos dividiam o mundo em duas áreas epistemológicas: a Natureza e as Ideias.

Nessa vertente, o que define a mulher e sua condição existencial é o corpo – e no corpo, a maternidade – e não suas ideias. Se a natureza da mulher é a maternidade, a mulher pertence ao campo da Natureza (instinto), e o homem, por sua vez, cuja condição existencial não está ligada ao seu corpo, pertence ao campo da História (razão). A Natureza (global) se contrapõe à História (contextual); e sendo o corpo um produto da natureza, e a mulher, avaliada na sociedade pelo valor de seu corpo para a sociedade – a saber: engravidar, gerar filhos e deles cuidar zelosamente – estava ligada ao plano da Natureza; enquanto os homens estavam ligados ao plano das ideias. Assim, as funções masculinas na sociedade seriam as de construir ideológica e discursivamente a sociedade, enquanto as femininas seriam engravidar, parir, cuidar. Embora pareçam constituir papéis mutuamente complementares e dependentes, na engenharia da sociedade eram negados às mulheres o exercício da cidadania e a atuação política – simplesmente pela condição existencial. A mulher tinha, então, uma vida atribuída, nunca construída. Concluía-se que as mulheres tinham a capacidade de amar, odiar, cuidar, mas nunca de pensar, argumentar e gerar saberes válidos para a produção do conhecimento. Era necessário que alguém falasse pelas mulheres, que homens respondessem por elas e lhes dissessem o que fazer, o que pensar, como se portar. Era-lhes negado o livre exercício da identidade e imputada uma identidade construída por terceiros.

Na modernidade, o pensamento de subestimação das mulheres ainda permanece. O patriarcalismo, juntamente com a colonialidade e o capitalismo, compõe o tripartido sistema de dominação ocidental (SANTOS, 2019). Esse paradigma social marcadamente patriarcal normaliza a opressão às mulheres. Rousseau, por exemplo, em sua obra clássica “Emílio”, que revoluciona o conceito de infância do século XVIII, pensa a educação de formas completamente diferentes para meninos e meninas porque

(...) a mulher é feita especialmente para agradar ao homem. Se o homem deve agradar-lhe por sua vez, é necessidade menos direta: seu mérito está na sua força; agrada, já, pela simples razão de ser forte. Não se trata da lei do amor, concordo; mas é a da natureza, anterior ao próprio amor. Se a mulher é feita para agradar e ser subjugada, ela deve tornar-se agradável ao homem ao invés de provocá-lo. Sua violência está nos seus encantos; é por eles que ela deve constrangê-lo a encontrar sua força e empregá-la. (ROUSSEAU, 1979, p. 306).

A ideia de Rousseau de exercício das funções na sociedade pela simples condição existencial é nítida e acompanha o pensamento clássico; a mulher continua tendo sua subjetividade ligada ao atendimento das demandas masculinas. A própria ideia de feminilidade, por exemplo, nos séculos XVIII e XIX foi concebida como “o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora” (KEHL, 2008, p. 48). Ainda hoje, a feminilidade é um conceito externo às problematizações e questões inerentes às mulheres, porque foi construído *pelos* homens *para* as mulheres, e não *pelas* mulheres *para* si próprias. Sendo assim, todos os atributos que constituem a feminilidade foram escolhidos e definidos pelos homens e atribuídos às mulheres. A elas, cabe o papel de se adequarem às exigências masculinas.

No século XIX, à mulher não se permitia a atividade política ou social, e sua única forma de realização pessoal era o casamento. Mais recentemente, após a descoberta e popularização das pílulas anticoncepcionais, que permitiram à mulher certo controle sobre seu corpo, os movimentos feministas se consolidaram e redefiniram o papel da mulher na sociedade.

Defendemos que uma das formas de lutar ativamente contra a estrutura que se impõe às mulheres já desde antes de nascermos é atentar ao uso que se faz da linguagem em relação às mulheres e suas práticas. É urgente pensar sobre o que falamos, como falamos, de quem falamos, e com que legitimidade falamos o que falamos. Como adverte Althusser (2003), a veemente negação do caráter ideológico da ideologia é justamente um dos efeitos da ideologia, visto que não nos percebemos inseridos, interpelados e dela devedores de nossa posição de sujeito em um dado contexto social.

Assim, há de se detectar o caráter ideológico que certas temáticas de emancipação feminina adquirem nas representações midiáticas ou nas falas de políticos, por exemplo. As declarações da atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damaris Alves, sobre meninos terem de vestir-se de azul e meninas de cor-de-rosa, assim como alegações proferidas pelo filho do presidente sobre a ausência de atributos de beleza, bem como a falta de higiene, das feministas, mais do que jocosas, sublinham o tom ideológico que coloca a mulher que luta por equidade em uma posição desumanizada e distante das outras mulheres consideradas belas e civilizadas, nesse imaginário perverso. Se Damaris

reforça o discurso da mulher recatada e do lar, o filho do presidente endossa a fala sobre o feminismo como algo abjeto, execrável e oposto ao significante, pretensamente único, de “feminino”. Longe de serem incautas, tais afirmações exercem o controle simbólico do Estado, legitimando uma violência, igualmente simbólica, posto que valida maneiras de pensar e de (não) agir.

Por isso, se faz premente e necessário o constante exercício da suspeita (MONTE MÓR, 2018) para questionar nossas certezas e duvidar dos paradigmas consolidados. É absolutamente necessário que todos na luta contra o patriarcado, capitalismo e colonialismo estejamos atentos quanto ao processo de furto de nossos alicerces simbólicos sobre os quais sustentamos nossa subjetividade. Sabemos que mudanças terminológicas e mudanças conceituais nem sempre caminham lado a lado. Ainda mais em políticas públicas. Porém, é preciso lutar, identificar e não calar diante de enunciados.

A escola é uma instituição importante no combate à limitação do papel da mulher e à opressão estrutural e institucional dela (COLLINS, 2000, p. 227). Em uma perspectiva decolonial, a escola ensina sobre os danos indelévels da administração (neo)colonial, por conta da repressão sociocultural, econômica e política de grupos minorizados. A escola, enfim, não pode se aquietar frente a discursos preconceituosos, uma vez que o silêncio perpetua desigualdades. Já o posicionamento de seus membros torna visível o que antes era invisibilizado (RANCIÈRE, 2005), possibilitando outras partilhas, outras políticas e outros entendimentos sobre o mundo.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 2. ed. Trad.: Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

BLOG DA CIDADANIA. *Filho de Bolsonaro chama mulheres de esquerda de feias e sujas*. Disponível em: <<https://blogdacidadania.com.br/2018/10/filho-de-bolsonaro-chama-mulheres-de-esquerda-de-feias-e-sujas/>> Acesso em: 04 ago. 2020.

BOLSONARO SOBRE O NÚMERO DE MORTOS POR COVID-19: "NÃO SOU COVEIRO". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aIpUbYjdn0>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, New York, London: Routledge, 2000.

MONTE MÓR, W. Sobre rupturas e expansão na visão de mundo – seguindo as pegadas e os rastros da formação crítica. In: PESSOA, R. R.; SILVESTRE, V. P. V.; MONTE MÓR, W. (Orgs.). *Perspectivas críticas de educação linguística crítica no Brasil – trajetórias e práticas de professoras/es universitárias/os de inglês*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018, p. 265-278.

O GLOBO. *O presidente e o vírus*. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/o-presidente-e-o-virus.html>>. Acesso em 21 jul. 2020.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política* [tradução Mônica Costa Netto]. São Paulo: EXO experimental org: Ed. 34, 2005.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou Da educação*. Trad.: Sergio Milliet. 3.ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979.